

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 07/04/2015

- [Prêmio Cidade da Criança será lançado durante encontro com gestores municipais](#)
- [Poder Judiciário cearense assina convênios para ressocializar apenados do regime semiaberto](#)
- [PE imuniza apenas 25% das meninas no 1º mês da vacinação contra HPV](#)
- [Agentes da Funase apresentam pauta de reivindicações em passeata pelo Recife](#)

Assunto: Prêmio Cidade da Criança será lançado durante encontro com gestores municipais

Fonte: Promenino

Data: 07/04/2015

Promenino



Na cidade em que você mora a prefeitura garante às crianças uma vida saudável e com acesso a todos os seus direitos, como escola, saúde, moradia? Os parques públicos estão em excelentes condições? O município é seguro para as crianças? Pois é para reconhecer as cidades que tratam as crianças como elas merecem que o Projeto Prioridade Absoluta, do Instituto Alana, em parceria com o Programa Cidades Sustentáveis, lança no dia 9 abril o “Prêmio Cidade da Criança”.

O prêmio vai avaliar a atuação das gestões dos municípios signatários do Programa Cidades Sustentáveis e é aberto também para todas as cidades que ainda não fazem parte, mas que

queiram participar. Serão aproximadamente 60 indicadores básicos e 25 relativos aos direitos fundamentais da criança, em especial à cidade, cultura, educação, saúde e proteção integral.

“O Prêmio visa sensibilizar e estimular que os gestores municipais adotem boas práticas e iniciativas específicas e concretas para a efetivação dos direitos da criança com prioridade absoluta no Município, conforme obrigação prevista no artigo 227 da Constituição Federal”, diz Pedro Hartung, advogado do Instituto Alana.

O Cidade da Criança será lançado durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, que acontece entre esta terça (7) até quinta-feira (9) de abril em Brasília e reunirá mais de 2 mil gestores municipais, entre prefeitos e secretários. Os resultados serão anunciados em agosto de 2016.

Assunto: Poder Judiciário cearense assina convênios para ressocializar apenados do regime semiaberto

Fonte: CNJ

Data: 07/04/2015



A presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Iracema Vale, assinou na quarta-feira (1º/4), na sede do Poder Judiciário, dois convênios para ressocializar apenados. O ato formalizou a execução do projeto “Aprendizes da Liberdade”, que já está sendo realizado em parceria com as secretarias estaduais da Educação e da Justiça e Cidadania, além da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Ceará (OAB-CE). O objetivo é proporcionar educação básica (níveis fundamental e médio) aos apenados do regime semiaberto que já têm benefício de trabalho externo.

Para a presidente do TJCE, todos têm o direito de reconstruir suas vidas. “Nada melhor que o estudo para dar oportunidade ao ser humano que viveu encarcerado”, afirmou a desembargadora Iracema Vale. Aos finais de semana, em vez de ficarem recolhidos em estabelecimentos penais, os apenados participam de aulas ministradas no Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja), no Centro de Fortaleza.

Os juízes Luciana Teixeira de Souza e César Belmino Barbosa Evangelista, respectivamente titulares da 2ª e 3ª Varas de Execução Penal da capital, idealizaram e gerenciam o projeto. A juíza Luciana Teixeira explica que o Judiciário é responsável por selecionar e encaminhar os

presos. “Esse trabalho vem sendo realizado há dois anos e começou com 30 apenados. Nós já conseguimos ampliar para 80”, disse magistrada.

“O conhecimento liberta. A alma desse projeto é isso. O intuito primeiro de todos os nossos projetos é conscientizar o cidadão comum de que somente ressocializando, recuperando o apenado, nós vamos diminuir a violência urbana”, resumiu o juiz César Belmino. A vice-governadora do Ceará, Izolda Cela, destacou o interesse do Estado em aumentar o número de beneficiados pelo projeto. “A disposição do Governo, por meio das secretarias de Educação e Justiça, é expandir e fortalecer o projeto, que já se mostrou importante e com êxito”, disse.

Combate à impunidade - Foi formalizado também na quarta-feira o Convênio de Cooperação Institucional entre o Tribunal e o Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social. O objetivo é viabilizar a discussão de projetos voltados para a ressocialização de presos e o combate à impunidade, além da diminuição dos índices de reincidência e da reforma do sistema prisional.

Integrantes do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das polícias Civil e Militar, da OAB/CE e da sociedade civil participam do Fórum, que tem como presidente o advogado Cláudio Justa. Ele explicou que a união desses atores vai possibilitar mudanças significativas na segurança pública.

O presidente da OAB-CE, Valdetário Monteiro, disse que retirar uma pessoa do convívio social não resolve o problema da violência, principalmente porque os presídios estão lotados e não oferecem ocupação para os presos. Seu pensamento foi compartilhado pelo vice-presidente do TJCE, desembargador Filgueira Mendes. “O Tribunal de Justiça, atento a essa realidade social, tem sido um parceiro positivo, junto com outras instituições, na tentativa de melhorar um problema social gravíssimo, que é a delinquência em decorrência da violência e do excesso de presos no sistema penitenciário”, disse.

A coordenadora da Pastoral Carcerária de Fortaleza, Ruth Leite Vieira, reconheceu a importância do engajamento do Poder Judiciário na discussão do sistema prisional. “Eu atuo na pastoral há vinte anos. Antes, a gente não conseguia falar com os juízes. Hoje, temos uma parceria, um acesso direto. Podemos telefonar e somos atendidos. Estamos trabalhando juntos. É muito diferente”, observou.

A desembargadora Iracema Vale encerrou a solenidade afirmando que o Poder Judiciário vai sempre trabalhar para construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

Assunto: PE imuniza apenas 25% das meninas no 1º mês da vacinação contra HPV

Fonte: Portal G1 PE

Data: 07/04/2015



Meta é vacinar 80% das 242.890 adolescentes até o fim do ano. Em setembro, segunda dose da vacina começa a ser aplicada.



A vacina contra o Papilomavírus Humano (HPV) em meninas que têm entre 9 e 11 anos foi aplicada em apenas 25,49% do público total previsto em Pernambuco neste primeiro mês de imunização. O balanço divulgado pela Secretaria Estadual de Saúde nesta terça-feira (7) mostra que 61.915 das 242.890 adolescentes que estão na faixa etária indicada foram vacinadas. No último ano, a campanha tinha como alvo meninas entre 11 e 13 anos.

A meta é, até o final deste ano, vacinar 80% das meninas contra a doença. Como a segunda das três doses da vacina começa a ser aplicada em setembro, a orientação da Secretaria de Saúde é que as famílias procurem o posto de saúde mais próximo de casa o quanto antes, para seguir o calendário de imunização.

A imunização acontece também para as jovens de 11 a 13 anos que não receberam a 2ª dose no ano passado. Para se vacinar é preciso levar cartão de vacinação, cartão do SUS e documento de identidade. A vacina quadrivalente garante proteção contra quatro tipos de vírus, além de prevenir infecções, e, conseqüentemente, o câncer de colo do útero.

O câncer de colo de útero é o terceiro tipo mais frequente entre mulheres no Brasil. Somente em Pernambuco, foram registrados 252 óbitos por esse tipo de câncer em 2013 e 276 em 2012. Em todo o país, a estimativa é de 15,3 novos casos do câncer a cada 100 mil mulheres.

Doses subsequentes

Ao tomar a primeira dose, as adolescentes já ficam protegidas, mas para garantir a imunidade, é preciso tomar a segunda, ou a proteção fica incompleta. O prazo ideal para a segunda dose é seis meses, mas caso seja ultrapassado não há problema - basta seguir até a unidade de saúde e tomar a vacina.

Ao todo, a imunização prevê três doses, sendo que a última é disponibilizada 60 meses depois da primeira. O serviço é oferecido nas Unidades de Saúde da Família (USFs), incluindo as Upinhas 24 horas, e policlínicas da rede municipal. Parte do calendário de imunização, a vacina contra o HPV vai ficar disponível permanentemente nos postos da capital.

Para se vacinar, basta comparecer ao posto de saúde com o cartão de vacinação e um documento de identificação com foto. A vacina é restrita ao sexo feminino, visando diminuir os casos e as mortes devido ao câncer de colo de útero.

Relação com o câncer

A vacina quadrivalente protege contra os subtipos HPV 6, 11, 16 e 18, sendo os últimos responsáveis por cerca de 70% dos casos de câncer de colo do útero em todo mundo. O HPV é um vírus transmitido pelo contato direto com pele ou mucosas infectadas por meio de relação sexual. Também pode ser transmitido da mãe para filho no momento do parto. O objetivo da campanha é reduzir casos e mortes ocasionados pela doença.

A Secretaria de Saúde lembra que a vacina não substitui a realização do exame preventivo nem o uso do preservativo nas relações sexuais. Em 2015, de acordo com o calendário desenvolvido pelo Ministério da Saúde, a vacina passou a ser oferecida para meninas entre 9 e 11 anos. Estimativa da Organização Mundial da Saúde aponta que 290 milhões de mulheres no mundo são portadoras da doença.

Assunto: Agentes da Funase apresentam pauta de reivindicações em passeata pelo Recife

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 07/04/2015

jornal do  commercio

Entre as reivindicações está o aumento salarial e a regulamentação do benefício de risco de vida.



Grupo, formado por cerca de 50 pessoas, segue da Praça 13 de Maio, em direção ao Palácio do Campo das Princesas

Os agentes socioeducativos que atuam na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) em Pernambuco promoveram na manhã desta terça-feira (7) uma passeata pelas ruas do Centro do Recife. O grupo, formado por cerca de 50 pessoas, segue da Praça 13 de Maio em direção ao Palácio do Campo das Princesas, pela Avenida Conde da Boa Vista. Eles reivindicam benefícios e denunciam assédio moral.

De acordo com os manifestantes, os trabalhadores pedem aumento no salário, que hoje é de R\$ 1.100; regulamentação do benefício de risco de vida; contratos de 2 anos; demissões apenas mediante em faltas graves e reajuste do vale transporte para os funcionários do interior, que hoje é R\$ 96, muito diferente dos R\$ 270 recebidos pelos trabalhadores do Grande Recife. Além disso, o grupo denuncia assédio moral e perseguição.

Segundo a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU), agentes de trânsito acompanham o protesto, que deixou pontos de retenção na Avenida Conde da Boa Vista.